



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

A ANÁLISE METATEÓRICA NO CONTEXTO DA TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA*

António Casimiro Ferreira

Introdução

A discussão que nos propomos fazer identifica como ponto de partida para a reflexão a tese defendida por Boaventura de Sousa Santos, segundo a qual vivemos um momento de “transição paradigmática” que envolve, entre outras, dimensões como a epistemológica e a societal (Santos 1995:ix). As transições em cada uma destas dimensões envolvem uma grande variedade de aspectos. No entanto, interessa-nos neste trabalho, salientar as que decorrem das transformações no plano epistemológico, que são sinteticamente definidas pelo autor como sendo de transição entre o paradigma dominante da ciência moderna e o emergente paradigma epistemológico, que define como o “paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente” (Santos, 1987, 1995). Do conjunto de implicações decorrentes desta abordagem para a nossa reflexão, gostaríamos de sublinhar as que estão associadas às características do novo tipo de conhecimento, às modalidades de relacionamento entre as várias formas de conhecimento e às formas de articulação entre o conhecimento e a sociedade (Santos, 1987, 1989, 1994, 1995). Com este pano de fundo, explora-se a hipótese geral de que no actual momento de “transição paradigmática”, a análise metateórica prefigura-se como um importante auxiliar no esclarecimento dos elementos constitutivos de três registos básicos do conhecimento: o registo de investigação; o registo de organização (ou sistemático); e o registo de transmissão (Carrilho, 1982, 1987). A hipótese específica utilizada é a de que a recusa do positivismo teórico e a assunção da “viragem normativa” na sociologia desafiam a análise metateórica a buscar instrumentos conceptuais, úteis na análise das questões ético-políticas que estão no centro dos processos de análise, categorização, sistematização e construção teóricos.

Rumo a uma Metateoria Crítica

Desde finais da década de sessenta, a Sociologia vive a experiência de estar simultaneamente em “crise”^[1] e em “reestruturação”.^[2] Crise que, em primeira linha, deriva da perda de hegemonia do então dominante paradigma estrutural-funcionalista e das vicissitudes por que passou o seu corolário crítico (o marxismo); reestruturação, que fica a dever-se, sobretudo, à emergência ou reanimação de diversas perspectivas teóricas. Deste processo inconcluído têm resultado não só profundas alterações no seio da estrutura teórico-conceptual da disciplina, mas também o surgimento

de novas agendas de problemas.^[3] Não se tendo desencadeado este processo de transformação e renovação da sociologia *ex nihilo nihil*, ele resultou e resulta da “convergência entre dinâmicas epistemológicas e sociais”, convergência essa que nos permite aceder, quer a uma maior visibilidade dos “problemas fundamentais” das ciências sociais, quer ao encontrar de soluções para os mesmos (cf; Santos, 1994:245). Com efeito, aceitando-se a tese de que a sociologia é uma disciplina cuja história acompanha os movimentos da sociedade (Cuin, Gresler, 1995) — ou, como refere Gurvitch, “a sociologia é uma ciência que progride por saltos, ou pelo menos flutua com cada crise social de alguma envergadura” (1979:9) —, espera-se que mais cedo ou mais tarde ela reflecta as tensões e desenvolvimentos mais importantes das sociedades (cf; Turner, 1994:132). É justamente por isso que no actual momento marcado por uma crise sem precedentes à escala global, a sociologia necessita de se reavaliar, não apenas no plano teórico-conceptual e metodológico, mas, sobretudo, no plano do relacionamento que estabelece com o mundo social (Smart, 1993:94). Muito concretamente, deve procurar saber das consequências éticas, morais e políticas que advêm

do questionamento ou mesmo da destruturação da estrutura teórico-conceptual associada ao projecto sociológico da modernidade (que se encontra sobre pressão desde a década de sessenta), indagando como foi possível que “a acumulação de tanto conhecimento sob o mundo se tenha traduzido em tão pouca sabedoria do mundo, do homem consigo próprio, com os outros, com a natureza” (Santos 1989:168).

Como se sabe, a história da Sociologia regista várias tentativas de desenvolvimento de perspectivas metateóricas, cujas preocupações vão, de alguma maneira, de encontro às anteriormente aludidas, e que têm procurado promover a autoconsciência e reflexividade da disciplina. Nos anos 50, Paul Furfey oferece-nos o primeiro esforço sistemático de definição do trabalho metateórico. Na década de setenta, são de destacar os contributos de Alvin Gouldner que, em *The Coming Crisis of Western Sociology* (1970), procurou definir uma sociologia da teoria sociológica, e os trabalhos de Robert Friedrichs *A Sociology of Sociology* (1970) e de Georges Ritzer, *Sociology: A Multiple Paradigm Science* (1975) os quais, partindo da obra de Thomas Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions* (1962) aplicaram o conceito de paradigma à Sociologia. Mais recentemente, tendo por pano de fundo um renovado interesse por esta perspectiva (Ritzer, 1992;1996), para além dos trabalhos de Farraro (1989), Levine (1989), Fiske, Sheweder (1986) e Osterberg (1988), podemos destacar entre outros, os contributos de Ritzer (1991, 1992, 1992a), Alexander e Colomy (1992), Wallace (1992), Antonio e Kellner (1992), Berger, Wagner e Zelditch Jr. (1992), Lemert (1992), Weinstein e Weinstein (1992) e Fuchs (1992). Não obstante as críticas feitas à análise metateórica por autores como Jonathan Turner (1985,1991), Randall Collins (1986) e Theda Sckopol (1986), foi-se acentuando, ao longo da década de oitenta, a importância desta perspectiva de investigação.

Esta abordagem procura desempenhar um papel central na análise teórica, apostando, quer na clarificação das teorias sociológicas existentes, quer no desenvolvimento de novas teorias mais integradas e sintéticas (Ritzer 1992a:228). Partilha, com os diversos tipos de metanálise, a preocupação em abordar os problemas, de tal modo que as próprias estruturas da análise e da discussão sejam relevantes para a constituição desses mesmos problemas.

Segundo Ritzer, embora a análise metateórica possa ser dividida em várias modalidades, agrega-se em torno de três tipos principais, que visam, respectivamente, um melhor entendimento das teorias, a criação de novas teorias e a criação de uma perspectiva teórica mais abrangente/englobante (1992:7). As três variedades de metateorização distinguem-se pelas funções, objectivos e resultados que procuram alcançar, ainda que devam ser encaradas como “ideais-tipos”, já que, na análise concreta, existe uma considerável sobreposição entre elas. Por vezes, torna-se difícil separar a análise metateórica da análise teórica, visto o trabalho de muitos teóricos ser implicitamente metateórico (Ritzer 1992: 9), não existindo, portanto, uma clara linha divisória entre metateoria e teoria. No entanto, pode afirmar-se genericamente que “enquanto os teóricos tomam o mundo social como o seu objecto de estudo, os metateóricos optam pelo estudo sistemático da estrutura profunda da teoria sociológica” (Ritzer 1992a:650).

A delimitação do campo de análise do trabalho metateórico introduz desde logo na discussão duas questões importantes: a do entendimento que se tem do trabalho teórico e do seu resultado, as teorias sociológicas. Se a reflexão teórica apenas enfatizar o que se pode considerar como “questões teóricas sociológicas próprias” (Mouzelis, 1991, 1995) (como sejam a da lógica interna da teoria, a acumulação do conhecimento sociológico, a identificação de leis e propriedades do universo social, a identificação dos “factores explicativos” e os debates acerca do estatuto científico da teoria sociológica), então, a análise metateórica poderá ser um útil instrumento ao serviço do “fundacionalismo” e do “justificacionalismo” no que tange à possibilidade de ancoragem do conhecimento sociológico em bases positivisticamente “sólidas”, mas terá certamente

muitas dificuldades em contribuir para um projecto de conhecimento crítico.^[4] Ora, justamente o que se pretende é que a metanálise sociológica, fazendo uso da capacidade auto-reflexiva

que reconhecidamente a sociologia tem evidenciado ao longo da sua história,^[5] fomenta a constituição de um “metaponto de vista”, que, prolongando a investigação feita pelas sociologias do conhecimento e da sociologia e pela metateorização sociológica, possa contribuir para o aprofundamento de

um conhecimento sociológico que seja simultaneamente crítico e profissionalmente competente.^[6] Ao que julgamos, este é um desafio permanente à nossa condição sociológica. Aceitá-lo significa procurar promover um conhecimento que contribua para a discussão de uma nova moral cívica e política no quadro de uma competência profissional que, por o ser, não necessita de deixar de ser crítica e socialmente interventora.

A Sociologia e a “Viragem Normativa”

No contexto da “reconstrução teórica” associada às tentativas de superação da “crise da sociologia”, vários foram os movimentos teóricos que insistiram na crítica ao positivismo então dominante nas ciências sociais, sendo esta uma das linhas de reflexão mais ricas que se desenvolveram desde então. Mais recentemente, novos matizes emergentes do debate positivismo/críticas ao positivismo plasmaram-se em torno da discussão entre os cientistas sociais que defendem a possibilidade e a “desejabilidade” de encontrar fundações analíticas seguras (modernistas) e os críticos deste projecto (pós-modernistas) que, no essencial, rejeitam o projecto modernista de fundamentar e unificar as ciências sociais (Wagner, Seidman 1992:2; Smart, 1993). A polarização decorrente das posições anteriormente identificadas assume muitas vezes a forma de dicotomias epistemológicas em que se contrapõem, por um lado, a teoria positivista ou teoria científica e, por outro lado, o relativismo teórico ou relativismo antiteórico (Alexander, 1995:90-91). A superação destes dilemas tem sido tentada nalguns casos, pela crítica ao cientismo subjacente ao paradigma da ciência moderna, numa linha de recuperação da “sabedoria prática (a *phronesis*)” (Santos, 1989:169), que recusa, quer a redução da *praxis* à técnica, quer a separação entre conhecimento teórico e conhecimento prático.

Num quadro de grande diversidade de perspectivas em presença, a emergência do debate sobre a articulação entre a razão teórica e a razão prática propiciou o surgimento de novas constelações de sentido, que apontam para a defesa da autonomia, liberdade e emancipação dos seres humanos, envolvendo os níveis individual e colectivo, micro e macro, local e global. A tradução sociológica desta linha de preocupações reconhece-se, nomeadamente, no que foi denominado “segunda fase da viragem cultural” (cf. Nunes, 1996: 11) ou por “redescoberta da moral” (Nunes 1994:8) em que se destacam os trabalhos associados ao “interpretative turn” (Rabinow, Sullivan

ed., 1979, 1988) e ao “normative turn” (Phillips, 1986; Wardell, Turner ed., 1986).^[7] As perspectivas em apreço, reconhecendo a gravidade social e humana dos problemas que se colocam ao mundo actual, a crescente separação entre a razão e a moralidade, as limitações ético-cognitivas da sociologia sociologizante e a indiferença moral e cinismo de algumas sociologias, assumem “a responsabilidade de contribuir para a restauração da base ética da nossa relação connosco próprios e com os outros e de se oporem ao processo de neutralização a que a capacidade moral da acção humana tem estado sujeita na sociedade moderna” (Smart, 1993:96).

Argumenta-se, assim, que as ciências sociais são um “discurso cívico” (Brown, 1992), pelo que o cientista social deve ser redefinido como “filósofo público” (Bellah et al 1985), perspectivando-se a análise social como “práxis ou investigação moral” (Haan et al 1983; Wardell, Turner, 1986), como “hermenêutica do concreto” (Haan et al 1983, Wardell, Turner, 1986; Gibbons 1987; Rabinow, Sullivan 1979, 1987), como “sociologia moral” (Phillips, 1979) ou “ética da modernidade” (Giner, 1989).

Estes trabalhos procuram, sustentando a tese da complementaridade e interdependência entre a reflexão epistemológica, ética, moral, política e sociológica, demonstrar a necessidade de identificar a dimensão nuclear da sociologia, a sua componente teórica central, com a ideia de uma sociedade boa e justa. De alguma maneira, é como se o “imperativo cognitivo” de que nos fala Ihab Assan (1989) se combinasse com o “imperativo ontológico” referido por Salvador Giner (1989) segundo o qual o homem como teórico é incapaz de ter um pensamento não avaliativo sobre o mundo, pensando os homens e as mulheres em termos do que é correcto, desejável e bom quando reflectem sobre

eles próprios.^[8]

De todo este processo de “viragem” no seio da estrutura profunda da sociologia, que, aliás, já vinha sendo tentado desde o advento da Escola de Frankfurt e das sociologias críticas de W. Mills e de A. Gouldner entre outros, resultou o seu claro afastamento da “borrachera formalista” (Espinosa, 1990) e do “consenso ortodoxo” (Giddens, 1989), características que marcaram o período do pós-guerra e que concorreram para tornar a sociologia parte do sistema administrativo, e cada vez mais orientada tecnicamente e instrumentalmente (Mills, 1961; Gouldner, 1970; Habermas, 1971, 1974).

A recusa da herança de uma sociologia livre de valores, defendida pelo pensamento clássico (exceptuando-se Marx), foi sendo acompanhada de uma abordagem dos problemas fundamentais da sociedade contemporânea por parte de vários autores (cf. Santos 1994:246; Giner 1989: 146 e ss.), o que contribuiu para que a Sociologia estabelecesse um diálogo activo com a política. A “descanonização da teoria” que conduz à “viragem política” (Nunes, 1996: 15) não leva contudo a submeter a análise sociológica a objectivos políticos, mas, pelo contrário, a clarificar o campo político à luz da análise sociológica (Touraine 1996: 224), colocando no centro da reflexão actual problemas como os da razão, da liberdade, da democracia política, dos movimentos sociais e dos direitos

humanos.^[9]

Por outro lado, o reconhecimento de que a função política das teorias não é independente do seu conteúdo intelectual (Brown 1992:233) encaminha os modelos de desenvolvimento e de construção teóricos a assumirem, como alguém referia lapidarmente, que “o esforço teórico a

empreender deve incluir uma nova teoria da democracia que permita reconstruir o conceito de cidadania, uma nova teoria de subjectividade que permita reconstruir o conceito de sujeito e uma nova teoria da emancipação que não seja mais que o efeito teórico das duas primeiras teorias na transformação da prática social levada a cabo pelo campo social da emancipação” (Santos, 1994:232).

A Viragem Normativa e a Análise Metateórica

A assunção de tal atitude teórica só é possível, como é evidente, no quadro de uma epistemologia não positivista, que assume a questão ontológica como elemento primordial da teoria social (cf. Giddens 1989:xvi), e que rejeita o cânone sociológico quando este sustenta a tese da separação lógica entre o discurso dito descritivo, factual e explicativo e o discurso normativo e avaliativo. Contrariar-se o entendimento da teoria “como mero quadro de ordenação ou classificação de factos pré-construídos” (Santos 1989: 80) organizados segundo metáforas da sociedade como máquina ou organismo (Brown 1992: 223), e reconhece-se que todas as teorias sociais envolvem alguma

orientação ética, moral e política.^[10] Estabelece-se, neste sentido, que as teorias têm, pelo menos quatro dimensões diferentes e que os teóricos desenvolvem ao mesmo tempo quatro actividades diferenciadas e em relação com estas: a dimensão cognitiva; a dimensão afectiva; a dimensão reflexiva; e a dimensão normativa (Craib 1992:15-16).

Este reconhecimento, que não é novo na reflexão metassociológica, ganhou porém, novos contornos, a partir do momento em que, para além de se procurarem os valores implícitos e não declarados nas teorias, se passou a assumir explicitamente, que elas não são apenas quadros de sentido cognitivo, mas também intervenções morais e políticas na vida social, cujas condições de

existência procuram clarificar (Giddens, 1993).^[11] A presença de dimensões normativas e avaliativas no seio dos processos de teorização e de análise teórica — de forma explícita ou implícita — remetem-nos, entre outras coisas, para a problemática do *gap* entre a linguagem descritiva, explicativa e factual e a linguagem normativa e avaliativa, o qual não pode ser dissociado do tradicional *gap* entre as

duas culturas intelectuais da sociologia — a teórica e a empírica (Wagner, 1992).^[12]

Neste contexto, sustenta-se a necessidade da análise metateórica desenvolver instrumentos de análise, com o objectivo de captar as estruturas sociológica e profunda das teorias sociológicas, nomeadamente no que concerne à identificação, redução e integração dos termos constitutivos da problemática em apreço. Pretende-se deste modo, contribuir, quer para um melhor entendimento das teorias sociológicas, quer para um desenvolvimento teórico mais integrado e sintético no quadro da “viragem normativa” e da “reivindicação da razão prática”.

Propõe-se, assim, uma perspectiva de análise, categorização, sistematização e construção teóricas que, para além de utilizar os habituais instrumentos e metodologias de análise metateórica (cf. Ritzer, 1991, 1992, 1992a), coloca sob escrutínio as teorias atendendo aos seguintes elementos: primeiro, recusa a separação absoluta entre condições teóricas e não teóricas, entre factores internos e externos e entre determinações cognitivas e não cognitivas (cf. Santos 1989:156), fazendo uso destas distinções apenas com intuítos analíticos (Ritzer, 1991, 1992); segundo, dá ênfase ao estudo das condições sociais, políticas e culturais da produção do conhecimento sociológico, “uma vez que estas não ficam à porta do conhecimento científico, antes o penetram até aos seus mais íntimos recessos” (Santos, 1989:147); terceiro, considera que o conhecimento sociológico pode ser analisado, decompondo-se este ao longo de um *continuum*, que varia entre um pólo abstracto, geral e metafísico e um pólo concreto, empírico e factual (Alexander 1982:3, 1989:15, 1992:34), no qual se identificam componentes do discurso teórico, como sejam ideologias, modelos, conceitos, leis, proposições, pressupostos metodológicos e afirmações observacionais (assume-se que de forma explícita ou implícita o conhecimento sociológico se relaciona de alguma forma com todos os componentes do *continuum*); quarto, no contexto das críticas endereçadas ao paradigma dominante chama-se a atenção para o carácter retórico do conhecimento, para a necessidade de garantir e expandir a democraticidade interna das comunidades interpretativas, para o valor ético intercultural que se reconhece ao princípio da dignidade humana, para a hermenêutica diatópica e para a recusa da separação entre meios e fins e entre cognição e edificação (Santos, 1994, 1995); quinto, identificando-se duas principais formas de conhecimento no paradigma da modernidade, “conhecimento-regulação e conhecimento-emancipação” (Santos, 1995:25), (consistindo o primeiro, “numa trajectória entre um ponto de ignorância, designado por caos, e um ponto de conhecimento, designado por ordem” e, o segundo, “numa trajectória entre um ponto de ignorância, chamado colonialismo, e um ponto de conhecimento chamado solidariedade”) assume-se que a orientação epistemológica a seguir passa pela necessidade de “revalorização do conhecimento-emancipação em detrimento do conhecimento-regulação” (Santos, 1995a:26); finalmente, em sexto lugar, partindo da ideia de que os problemas que levam as pessoas para a teoria

não pertencem apenas à pesquisa sociológica (Craib 1992:3), defende-se que a formulação de qualquer problema exige que se mencione os valores envolvidos e a ameaça a esses valores, posto que é a ameaça a valores fundamentais, que constitui a necessária substância moral de todos os problemas significativos da pesquisa social, e também de todas as questões públicas e preocupações privadas (Mills, 1985: 172).

Não é este o momento para discutir as implicações práticas e metodológicas que esta proposta encerra. Gostaríamos, no entanto, de enfatizar a ideia de que as questões que ela coloca às teorias não são opcionais. Com efeito, todas as teorias tomam posição sobre elas. Compaginando na mesma abordagem as dimensões cognitivas e não cognitivas do conhecimento, esta proposta procurou contribuir para o estudo das estruturas profundas das teorias sociológicas. Em simultâneo, esforçámo-nos por chamar a atenção para a necessidade de incentivar a autoconsciência da Sociologia, através do concurso de uma análise metateórica crítica, a qual, ao aprofundar as contradições existentes entre formas de conhecimento positivistas e não positivistas desafia a nossa condição sociológica. É bem verdade que a Sociologia será aquilo que os sociólogos entendam, e sabemos que eles entendem coisas muito diferentes sobre o que seja a Sociologia. Todavia, para o sociólogo cidadão, a Sociologia só poderá ser “coisa” democrática.

Referências bibliográficas

- Alexander, J. 1982. *Theoretical Logic in Sociology Positivism, Pressuppositions, and Current Controversies*. Berkeley: University of California Press
- Alexander, J. 1989. *Las Teorias Sociologicas Desde la Segunda Guerra Mundial*. Barcelona: Gedisa.
- Alexander, J. 1995. *Fin de Siécle Social Theory*. Londres: Routledge
- Alexander, J. e Colomy P. 1992. “Traditions and competition” in Ritzer, George (org.) *Metatheorizing*. Newbury Park: Sage. 27-52.
- Almeida, João F e José M. Pinto. 1986. “Da Teoria à Investigação Empírica”. *Problemas Metodológicos Gerais*, in Silva, Santos e Madureira Pinto (orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.
- Antonio, Robert J. e Douglas Kellner. 1992. “Metatheorizing Historical Rupture”, in Ritzer, George (org.) *Metatheorizing*. Newbury Park: Sage. 88-106.
- Assan, Ihab. 1988. “Fazer sentido: As atribuições do Discurso Pós-moderno”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 24.
- Bellah, Robert, et al. 1985. *Habits of the Heart: Individualism and Commitment in American Life*. Berkeley: University of California Press.
- Berger, Joseph et al. 1992. “A Working Strategy for Constructing Theories”, in Ritzer, George (org.) *Metatheorizing*. Newbury Park: Sage. 107-123.
- Bernstein, R. J. 1976. *The Restructuring of Social and Political Thought*. Oxford: Basil Blackwell.
- Boltanski, Luc. 1990. *L'Amour et la Justice Comme Compétences*. Paris: Éditions Métailié.
- Boudon, R. 1971. *La Crise de la Sociologie. Questions d'Epistemologie Sociologique*. Genebra: Libraire Dorz.
- Brown, Richard Harvey. 1992. “Social Science and Society as Discourse: Toward a Sociology for Civic Competence”, in Seidman, Steven e David G. Wagner (orgs.), *Postmodernism & Social Theory*. Cambridge: Blackwell. 223-243.
- Carrilho, Manuel Maria. 1982. *O Saber e o Método*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Carrilho, Manuel Maria. 1987. *Razão e Transmissão da Filosofia*. Lisboa: Imprensa Nacional
- Collins, R. 1986. “Is 1980s Sociology in the Doldrums”. *American Journal of Sociology*, 91: 1336-1355.
- Collins, R. 1994. *Four Sociological Traditions*. Oxford: Oxford University Press.
- Craib, Ian. 1992. *Modern Social Theory*. Nova Iorque: Whatsdraft.
- Cuin, Charles-Henry e Gresle, François. 1995. *História da Sociologia*. Lisboa: Dom Quixote.
- Dworkin, R. 1977. *Taking Rights Seriously*. Cambridge: Harvard University Press.
- Espinosa, E. L. 1990. *La Sociedad Reflexiva Sujeto y Objeto del Connocimiento Sociológico*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociologicas.
- Fararo, Thomas J. 1989. “The Spirit of Unification in Sociological Theory”. *Sociological Theory*, 7: 175-190.
- Fiske, Donald W. e Richard A. Shweder (orgs.). 1986. *Metatheory in Social Science: Pluralism and Subjectivities*. Chicago: University of Chicago Press.
- Friedrichs, Robert. 1970. *A Sociology of Sociology*. Nova Iorque: Free Press.
- Fuchs, Stephan. 1992. “Relativism and Reflexivity in the Sociology of Scientific Knowledge”, in Ritzer, George (org.) *Metatheorizing*. Newbury Park: Sage.
- Gibbons, Michael. 1987. *Interpreting Politics*. Londres: Basil Blackwell.
- Giddens, A. 1984. *Capitalismo e Moderna Teoria Social*. Lisboa: Presença.

- Giddens, Anthony. 1987. *Social Theory and Modern Sociology*. Cambridge: Polity Press.
- Giddens, Anthony. 1989. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes Editora.
- Giddens, Anthony. 1993. *New Rules of Sociological Method*. Cambridge: Polity Press.
- Giner, Salvador. 1986. "La Estructura Lógica de la Democracia". *Sistema*, 70.
- Giner, Salvador. 1989. "Sociologia y Filosofía Moral", in Victoria Camps (org.), *História de la Ética: La Ética Contemporánea*. Barcelona: Editorial Crítica.
- Gouldner, A. 1970. *The Coming Crisis of Western Sociology*. Nova Iorque: Basic Books.
- Gurvitch, G. 1979. *A Vocaç o Actual da Sociologia*, vol 1. Lisboa: Cosmos.
- Haan, N. et al. (orgs.). 1983. *Social Science as Moral Inquiry*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Habermas, J. 1971. *Knowledge and Human Interests*. Boston: Beacon.
- Habermas, J. 1974. *Theory and Practice*. Londres: Heinemann.
- Held, David. 1991. *Political Theory Today*. Cambridge: Polity Press.
- Kuhn, Thomas. 1962. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press.
- Lemert, Charles. 1992. "Sociological Metatheory and Its Cultured Despisers", in Ritzer, George (org.) *Metatheorizing*. Newbury Park: Sage. 124-134.
- Levine, Donald. 1989. "Simmel as a Resource for Sociological Metatheory". *Sociological Theory*, 7: 161-174.
- MacIntyre, A. 1981. *After Virtue: A Study in Moral Theory*. Paris: University of Notre Dame Press.
- May, Tim. 1996. *Situating Social Theory*. Buckingham: Open University Press.
- Mills, C. W. 1961. *The Sociological Imagination*. Nova Iorque: Grove.
- Mills, C. W. 1985. *Cultura e Política in Wright Mills*. São Paulo:  tica.
- Morin, E. 1984. *Sociologia*. Mem Martins: Europa-América.
- Morin, E. 1989. "Para uma Sociologia do Conhecimento". *Sociologia Problemas e Práticas*, 6.
- Mouffe, Chantal. 1993. *The Return of the Political*. Londres: Verso.
- Mouzelis, Nicos 1995. *Sociological Theory, whats wents wrong?*. Londres: Routledge.
- Mouzelis, Nicos 1991. *Back to Sociological Theory*. Londres: MacMillan.
- Nozick, R. 1974. *Anarchy, State and Authority*. Nova Iorque: Basic Books.
- Nunes, João Arriscado. 1994. "A Celebra o dos Monstros e a Redescoberta da Moral: dois enredos da transi o paradigmática". *Oficina do CES*, n  40.
- Nunes, João Arriscado. 1996. "Transi o Paradigm tica, P s-Modernismo Cr tico e Teoria Social". *Oficina do CES*, n  81.
- Osterberg, Dag. 1988. *Metasociology: An Inquiry into the Origins and Validity of Social Thought*. Oslo: Norwegian University Press.
- Phillips, Dereck. 1986. "Preface" in Wardell, Mark L. e Stephen P. Turner (orgs.). *Sociological Theory in Transition*. Boston: Allen & Unwin.
- Phillips, Derek. 1979. *Equality, Justice and Retification, and Exploration in Normative Sociology*. Nova Iorque: Academic Press.
- Rabinow, Paul e William M. Sullivan (orgs). 1979. *Interpretive Social Science: A Reader*. Berkeley: University of California Press.
- Rabinow, Paul e William M. Sullivan (orgs). 1988. *Interpretive Social Science: a Second Look*. Berkeley: University of California Press.
- Rawls, J. 1971. *A Theory of Justice*. Cambridge: Harvard University Press.
- Ritzer, George. 1975. *Sociology: A Multiple Paradigm Science*. Boston: Allyn and Bacon.
- Ritzer, George. 1991. *Metatheorizing in Sociology*. Lexington: Lexington Books.
- Ritzer, George. 1992. "Metatheorizing in Sociology: Explaining the Coming of Age", in Ritzer, George (org.) *Metatheorizing*. Newbury Park: Sage. 7-26.
- Ritzer, George. 1992a. *Sociological Theory*. Nova Iorque: McGraw-Hill.
- Ritzer, George. 1996. *Modern Sociological Theory*. Nova Iorque: McGraw Hill.
- Santos, Boaventura de Sousa. 1987. *Um Discurso Sobre as Ciências*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa. 1989. *Introdu o a Uma Ciência Pós-Moderna*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa. 1994. *Pela Mão de Alice*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa. 1995. "A Queda do Angelus Novus" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 45
- Santos, Boaventura de Sousa. 1995. *Toward a New Comom Sense*. Londres: Routledge.
- Seidman, Steven e David G. Wagner. 1992. "Introduction", in Seidman, Steven e David G: Wagner (orgs.), *Postmodernism & Social Theory*. Cambridge: Blackwell: 1-14.

- Seidman, Steven e David G: Wagner (orgs.). 1992. *Postmodernism & Social Theory*. Cambridge: Blackwell.
- Skocpol, Theda. 1986. "The Dead End of Metatheory". *Contemporary Sociology*, 16: 10-12.
- Smart, Barry. 1993. *A Pós-modernidade*. Mem Martins: Europa-América.
- Touraine, Alain. 1996. *O retorno do actor: ensaio sobre a sociologia*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Turner, Bryan. 1994. *Orientalism Postmodernism & Globalism*. Londres: Routledge.
- Turner, Jonathan. 1985. "In Defense of Positivism". *Sociological Theory*, 3: 24-30.
- Turner, Jonathan. 1991. *The Structure of Sociological Theory*. Belmont: Wadsworth.
- Wagner, David G. 1992. "Daring Modesty: On Metatheory, Observation and Theory Growth", in Seidman, Steven e David G. Wagner (orgs.), *Postmodernism & Social Theory*. Cambridge: Blackwell: 199-220.
- Wagner, P. 1994. *A Sociology of Modernity. Liberty and Discipline*. Londres: Basil Blackwell.
- Wallace, Walter. 1992. "Conceptual Standardization and the Future of Sociology", in Ritzer, George (org.) *Metatheorizing*. Newbury Park: Sage. 53-68.
- Wallerstein, Immanuel. 1996. *Para Abrir as Ciências Sociais*. Mem Martins: Europa-América.
- Walzer, Michael. 1983. *Spheres of Justice*. Cambridge: Blackwell.
- Wardell, Mark L. e Stephen P. Turner (orgs.). 1986. *Sociological Theory in Transition*. Boston: Allen & Unwin.
- Weinstein, Deena e Michael A. Weinstein. 1992. "The Postmodern Discourse of Metatheory", in Ritzer, George (org.) *Metatheorizing*. Newbury Park: Sage. 135-150.

*
- Uma versão anterior deste texto esteve na base da comunicação apresentada ao III Congresso Português de Sociologia

[1] O conceito de "Crise da Sociologia" tem sido utilizado de forma abundante desde que Alvin Gouldner (1979) dele fez uso. A este propósito consultar entre outros Boudon (1971), Giddens (1987), Smart (1993), Espinosa (1990) e Wagner (1994).

[2] Também o conceito de "reestruturação do pensamento político e social" passou a fazer parte das análises sociológicas da sociologia. Consultar, a este propósito, Bernstein (1976), Giddens (1984) e Espinosa (1990).

[3] Como é evidente, torna-se impossível neste espaço, dar conta das profundas transformações ocorridas nos últimos trinta anos, quer na estrutura teórica-conceitual da sociologia, quer nas agendas de problemas. Ainda assim, podemos referir por defeito, que estas transformações têm estado ligadas a questões centrais como sejam: integração micro-macro; a integração acção-estrutura; a síntese teórica; o desenvolvimento da sociologia da sociologia e da análise metateórica; a discussão sobre a centralidade dos clássicos e do projecto sociológico da modernidade; os debates associados ao pós-modernismo; os debates associados às profundas transformações que ocorrem desde a década de sessenta; e os debates associados aos processos de globalização.

[4] Conferir, a este propósito, Santos (1989) e Wagner e Seidman (1992).

[5] Uma boa súmula sobre esta questão encontra-se em Santos, 1989.

[6] Não tratamos aqui de discutir as dificuldades associadas à constituição de metalinguagens. Sobre esta questão consultar, entre outros, Santos (1987), Morin (1984, 1989) e Collins (1994).

[7] A "viragem normativa" expressou-se de forma conjugada nas ciências sociais na filosofia, na teoria política e no direito, sobretudo a partir dos trabalhos de John Rawls (1971), Robert Nozick (1971), Ronald Dworkin (1977) e Michael Walzer (1983). Por outro lado, ela encontra-se em articulação de várias formas com a "viragem cultural" e a "viragem linguística" na sociologia. Sobre esta questão consultar Nunes (1996), Wallerstein (1996) e May (1996).

[8] Embora não se tratando neste trabalho, nem de identificar modalidades de articulação da sociologia com as dimensões éticas, morais, políticas e epistemológicas, nem metodologias que podem ser utilizadas nos processos de teorização, gostaríamos de acentuar que a sugestão de que a teoria social "puxe" para o centro da sua reflexão a ideia de uma sociedade boa e justa, longe de legitimar a introdução, ainda que sub-reptícia, de soluções finais ou fórmulas milagrosas para os males da vida social, obriga a um estudo profundo sobre os limites da racionalidade e ao reconhecimento do multiculturalismo, da diversidade cultural, do conflito e do antagonismo como elementos constitutivos elementares de uma sociedade democrática. Consultar, a este propósito Santos (1987, 1989, 1994, 1995), Giner (1986, 1989), Alexander (1995), Wardell e Turner (org.) (1986), e Mouffe (1993).

[9] De entre os autores que têm procurado identificar os problemas básicos que se têm colocado ao pensamento sociológico na linha do que anteriormente fica exposto, consultar, entre outros, Wagner (1994), Santos (1994, 1995), Touraine (1996), Alexander (1995), Giner (1989), Wardell, Turner (1986), Rabinow, Sullivan (1988).

[10] Também se pode afirmar *mutatis mutandis* como fazem MacIntyre (1981), Held (1991) e Boltanski (1990), que as teorias éticas, morais e políticas envolvem teorias e reflexão das ciências sociais.

[11]

Recordo apenas os trabalhos realizados de Lucien Goldmann, Alvin Gouldner, Gunnar Myrdal, Michel Foucault e Robert Friedrichs.

[12]

Consultar, a este propósito, Mouzelis (1995), Pinto e Almeida (1986), Santos (1989) e Ritzer (1990).